



ACÓRDÃO Nº 1088/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11287/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tefé - SAAE
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5791/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tefé - SAAE. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Multa. Recomendação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tefé – SAAE**, referente ao exercício de 2017, sob responsabilidade do **Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, “b”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas n.º 2.423/96, c/c o art. 11, III, “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas e restrições não sanadas constantes nos itens da fundamentação do Voto;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**, Diretor Presidente do SAAE-Tefé e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), nos termos do art. 54, VI, da Lei nº. 2.423/96 c/c o art. 308, II, “b”, Res. nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Res. nº 04/2018-



ACÓRDÃO Nº 1088/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

TCE/AM, pela ausência dos Processos Licitatórios, Cartas Contratos e Contratos na sede do SAAE/TEFÉ, em desacordo com que estabelece a Decisão Plenária datada de 07/03/1996, a qual determina que as documentações pertencentes às Contas Gerais do Órgão Inspecionado devem se encontrar na sede da Comuna quando da realização de inspeção "in loco" por parte do Tribunal de Contas, constante no item 6.1, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho,** Diretor Presidente do SAAE-Tefé e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza operacional, financeira e orçamentária, das restrições 4.1, 5.1, 5.2, 6.4, 7.1, 8.1, 9.1, 10.1 e 10.2, da fundamentação do voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Recomendar ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tefé - SAAE** que, em obediência ao art. 96, da Lei nº 4.320/64, adote as regras legais para o controle dos Bens móveis e imóveis do Órgão, sob



ACÓRDÃO Nº 1088/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

pena de multa em caso de persistir. (itens 5.3 e 5.4, da fundamentação do Voto);

10.5. Recomendar à próxima Comissão de Inspeção - DICAMI que:

10.5.1. Verifique se foram corrigidas as falhas apresentadas pelo sistema que controla e registra as entradas e saídas dos bens, conforme informado pelo gestor nos itens 5.3 e 5.4, da fundamentação do Voto;

10.5.2. Verifique se está sendo regularmente repassado à Autarquia o percentual de 2% previsto na Lei Municipal nº. 040/2013, conforme informado pelo gestor no item 5.5, da fundamentação do Voto;

10.5.3. Verifique se já foram feitas as adequações necessárias no sistema de informática da autarquia e se o e-Contas está sendo devidamente alimentado com as informações pertinentes aos processos de contratos. (itens 6.2 e 6.3, da fundamentação do Voto);

10.5.4. Verifique se as declarações de bens dos servidores se encontram disponíveis em suas respectivas pastas funcionais e se houve a devida publicação na imprensa oficial. (item 10.1, da fundamentação do Voto).

10.6. Determinar que seja comunicado à Receita Federal do Brasil quanto à ausência de comprovação de recolhimento dos tributos descritos no item 10.2, da fundamentação do Voto.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº 1088/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Este documento foi assinado digitalmente por JOAO BARROSO DE SOUZA.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 54CB4704-DF4CF7EA-4B1A1151-11FBAD7B